

Especial

Brasil lidera ranking de salários em tecnologia

PÁGINA 5

COMÉRCIO EXTERNO

Brasil aguarda resposta dos Estados Unidos sobre tarifaço

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou ontem que o Brasil espera, para os próximos dias, a resposta dos Estados Unidos a uma proposta de “mapa do caminho” que deve orientar as negociações destinadas a solucionar pendências comerciais entre os dois países. Vieira se reuniu com o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, em Washington, após dois encontros durante o G7, grupo dos sete países mais ricos do planeta, no Canadá. Segundo o chanceler, Rubio demonstrou interesse em avançar rapidamente nas tratativas. “Apresentamos nossas propostas para a solução das questões. Agora estamos esperando que eles nos respondam”, disse Vieira após o encontro. O encontro ocorreu após a primeira reunião entre os presidentes Lula e Donald Trump, em 26 de outubro. Na ocasião, os dois países comprometeram-se a fazer negociações técnicas para reverter o tarifaço do governo Trump sobre os produtos brasileiros. Segundo Vieira, em 4 de novembro, Brasil e Estados Unidos realizaram uma reunião virtual de alto nível, na qual o governo brasileiro apresentou resposta detalhada à lista de temas enviada por Washington em outubro. Rubio teria sinalizado que a análise norte-americana deve ser concluída ainda esta semana ou no início da próxima. O chanceler afirmou que os dois países buscam concluir, até o fim deste mês, um acordo provisório.

BALANÇO

Light lucra R\$ 33 milhões no terceiro trimestre

PÁGINA 3

IBGE

Vendas no comércio fecham setembro com queda de 0,3%

As vendas no comércio recuaram 0,3% na passagem de agosto para setembro. O resultado é o quinto negativo em um período de seis meses. Em agosto, o setor chegou a crescer 0,1%, mas de abril a julho, apresentou quatro quedas seguidas. No acumulado de 12 meses, o setor acumula crescimento de 2,1%, a menor desde janeiro de 2024. Desde abril, quando o crescimento anual alcançou

3,4%, o desempenho do comércio tem mostrado trajetória decrescente. Os dados estão na Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O analista do IBGE Cristiano Santos afirma que o setor se situa em um patamar 1,1% abaixo de março de 2025, ponto mais alto da série iniciada no ano 2000. **PÁGINA 2**

FRAUDE NO INSS



LULA MARQUES/ABRASIL

PF aponta ex-ministro de Bolsonaro como pilar institucional de desvios

A Polícia Federal (PF) concluiu que o ex-ministro da Previdência Social José Carlos Oliveira (**foto**) atuou como “pilar institucional” para o funcionamento do esquema de descontos não autorizados nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A conclusão está no relatório de investigação que baseou a decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a deflagração da nova fase

da Operação Sem Desconto, da PF. Na manhã desta quinta-feira, Oliveira foi um dos alvos da PF e passou a ser monitorado por tornozleira eletrônica. Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, Oliveira foi presidente do INSS, diretor de benefícios do órgão e ministro da Previdência, pasta a qual o órgão está subordinado. De acordo com a investigação, Oliveira autorizou repasses ilegais e recebeu vantagens indevidas. **PÁGINA 6**

EDUCAÇÃO

STF: recreio integra jornada de professores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, em Brasília, que o intervalo de recreio escolar integra a jornada de trabalho de professores de escolas e faculdades particulares. Pelo entendimento dos ministros, a regra é que o recreio faz parte da jornada. Contudo, os empregadores poderão comprovar na Justiça do Trabalho casos em que os profissionais se dedicam exclusivamente a atividades pessoais durante o intervalo e não fazem atendimentos aos alunos ou outras tare-

fas. Antes da decisão, o recreio deveria ser computado obrigatoriamente, sem exceções, como parte da jornada de trabalho, ou seja, tempo à disposição do empregador. A partir de agora, no caso de uma eventual disputa judicial, o tempo à disposição deve ser comprovado em cada caso concreto. O STF julgou a constitucionalidade de decisões da justiça trabalhista que reconheceram que o período de recreio sempre faz parte da jornada de trabalho dos profissionais. **PÁGINA 7**

INDICADORES

| IBOVESPA -0,03% / 157.704,53 / -44,07 / Volume: 48.077.969.833 / Negócios: 3.972.631 |       |        |               |        |        |                |        |        |                  |               |        |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|---------------|--------|--------|----------------|--------|--------|------------------|---------------|--------|
| Mais Negociados                                                                      |       |        | Maiores Altas |        |        | Maiores Baixas |        |        | Fechamento       |               |        |
| Preço                                                                                | %     | Oscil. | Preço         | %      | Oscil. | Preço          | %      | Oscil. |                  |               |        |
| GOLL54                                                                               | 5,50  | +13,40 | +0,65         | RCSL4  | 2,28   | +20,63         | +0,39  | HBOR3  | 3,23             | -20,25        | -0,82  |
| CSAN3                                                                                | 6,41  | -4,04  | -0,27         | GOLL54 | 5,50   | +13,40         | +0,65  | SOIA3  | 9,660            | -14,96        | -1,700 |
| B3SA3                                                                                | 14,12 | +4,36  | +0,59         | CTSA3  | 2,58   | +11,21         | +0,26  | TRAD3  | 5,450            | -9,17         | -0,550 |
| AMBP3                                                                                | 0,28  | +3,70  | +0,01         | AZEV3  | 0,30   | +11,11         | +0,03  | CVCB3  | 1,87             | -8,33         | -0,17  |
| PETR4                                                                                | 32,35 | -2,56  | -0,85         | ARML3  | 4,500  | +9,76          | +0,400 | IFCM3  | 2,350            | -7,84         | -0,200 |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | Dow Jones        | 48.254,82     | +0,68  |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | S&P 500          | 6.850,92      | +0,06  |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | NASDAQ Composite | 23.406,456    | -0,26  |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | Nasdaq 100       | 25.517,327    | -0,06  |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | Euronext 100     | 1.742,89      | +0,78  |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | CAC 40           | 8.241,24      | +1,04  |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | Salário mínimo   | R\$ 1.412,00  |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | Ufir-RJ          | R\$ 4,5373    |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | Taxa Selic       | 15%           |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | (05/11)          |               |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | TR               | 0,1759%       |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | (13/11)          |               |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | Poupança         | 0,6768%       |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | (13/11)          |               |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | IGP-M            | -0,36% (out.) |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | IPCA             | 0,09% (out.)  |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | CDI              | 14,90%        |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | (05/11)          |               |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | OURO             |               |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | BM&F/grama/RJ    | R\$ 714,01    |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | EURO Comercial   |               |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | Compra: 6,1304   | Venda: 6,1310 |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | EURO turismo     |               |        |
|                                                                                      |       |        |               |        |        |                |        |        | Compra: 5,3111   | Venda: 5,4911 |        |

MERCADOS

# Bolsa mantém leve correção pelo 2º dia, em baixa de 0,3%

LUÍS EDUARDO LEAL  
E MARIA REGINA SILVA/AE

Após ter praticamente refutado na quarta-feira passada, no que seria a primeira realização de lucros após a série de 15 altas - 12 das quais em níveis recordes consecutivos -, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) trocou a relativa estabilidade vista no fechamento de ontem e também ao longo de boa parte da sessão de ontem, ao acentuar perdas à tarde - em linha com o observado em Nova York - e encerrar em baixa, ainda que moderada na reta final a 0,30%, aos 157.162,43 pontos.

Na mínima da sessão, mostrava no meio da tarde perda de 0,71%, aos 156.509,44 pontos, saindo de abertura aos 157.632,99 e tocando máxima do dia a 158.319,14 pontos. O giro financeiro foi a R\$ 29,1 bilhões. Na semana, o Ibovespa sobe 2,01% e, no mês, acumula ganho de 5,10%. No ano, avança 30,66%.

Em Nova York, nesse contexto, destaca mais uma vez para o forte ajuste no Nasdaq, em retração de 2,29% no fechamento desta quinta-feira, à

frente do S&P 500 (-1,66%) e do Dow Jones (-1,65%). No mês, as perdas acumuladas pelo Nasdaq chegam agora a 3,60%.

Na B3, Petrobras ON e PN, que contribuíam para algum equilíbrio do Ibovespa mais cedo, limitaram os ganhos do dia a 0,90% e a 0,43%, pela ordem, no fechamento. E Vale ON, a principal ação do Ibovespa, oscilou do meio para fim da tarde ao terreno negativo, em baixa de 0,14% no encerramento. Por outro lado, Banco do Brasil ON, que pesava um pouco mais até o meio da tarde, moderou o ajuste posterior ao balanço trimestral, a -1,32% no fechamento da sessão, em dia positivo para as demais instituições financeiras - destaque para BTG (+0,61%).

Por sua vez, Hapvida seguiu a ponta perdedora do Ibovespa (Índice Bovespa) na sessão, em queda de 42,21% no fechamento, também após a publicação do balanço trimestral, à frente de Raízen (-6,45%) e de Braskem (-4,89%). Na ponta ganhadora do índice da B3, MRV (+5,16%), Allos (+4,58%) e MBRF (+4,36%).

IBGE

BRUNO DE FREITAS  
MOURA/ABRASIL

As vendas no comércio recuaram 0,3% na passagem de agosto para setembro. O resultado é o quinto negativo em um período de seis meses. Em agosto, o setor chegou a crescer 0,1%, mas de abril a julho, apresentou quatro quedas seguidas.

No acumulado de 12 meses, o setor acumula crescimento de 2,1%, a menor desde janeiro de 2024. Desde abril, quando o crescimento anual alcançou 3,4%, o desempenho do comércio tem mostrado trajetória decrescente.

Os dados estão na Pesquisa Mensal de Comércio, divulga-

da ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O analista do IBGE Cristiano Santos afirma que o setor se situa em um patamar 1,1% abaixo de março de 2025, ponto mais alto da série iniciada no ano 2000.

“Setembro é um resultado que retoma aquela trajetória negativa que estava acontecendo.” Segundo Santos, a inflação e a base de comparação alta de março são fatores que explicam o comércio “andar de lado” nos últimos meses.

Em relação a setembro de 2024 houve expansão de 0,8%. No terceiro trimestre, há recuo de 0,4% ante o segundo trimestre.

COMÉRCIO EXTERNO

# CMN amplia acesso a crédito a empresas afetadas por tarifaço

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A ampliação do acesso às linhas emergenciais de crédito aos setores afetados pelo tarifaço nos Estados Unidos, anunciada na quarta-feira passada, poderá sair do papel. Em reunião extraordinária ontem, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou as mudanças nos financiamentos do Plano Brasil Soberano.

As novas regras ampliam o acesso ao crédito, reforçam critérios de elegibilidade (para ter direito às linhas) e incluem fornecedores das empresas exportadoras entre os beneficiários.

No total de R\$ 30 bilhões, as linhas emergenciais foram criadas pelo CMN em agosto, com base na Medida Provisória 1.309. O Plano Brasil Soberano tem como objetivo preservar liquidez, sustentar a produção e proteger empregos nos setores mais afetados pelo choque tarifário.

FORNECEDORES

Com a nova resolução, fornecedores de empresas exportadoras poderão pedir financiamento, desde que pelo menos 1% do faturamento, de julho de 2024 a junho de 2025, venha do fornecimento a empresas exportadoras que teve pelo menos 5% do faturamento afetado pelas tarifas estadunidenses.

Segundo o Ministério da Fazenda, a ampliação busca evitar gargalos nas cadeias produtivas e garantir que os efeitos das medidas emergenciais alcancem toda a cadeia exportadora, não apenas as empresas que vendem diretamente ao exterior.

FLEXIBILIDADE

Para as empresas exportadoras, o CMN reduziu de 5% para 1% o percentual mínimo de faturamento impactado pelas tarifas norte-americanas para ter acesso ao financiamento. A mudança beneficia especialmente empresas que fazem parte de grupos econô-

A pesquisa coloca o comércio brasileiro em um patamar 8,9% acima do período pré-pandemia de Covid-19 (fevereiro de 2020).

**SETORES**

Na passagem de agosto para setembro, seis dos oito setores pesquisados pelo IBGE apresentaram queda:

- Livros, jornais, revistas e papelaria: -1,6%
- Tecidos, vestuário e calçados: -1,2%
- Combustíveis e lubrificantes: -0,9%
- Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação: -0,9%
- Móveis e Eletrodomésticos: -0,5%
- Hiper, supermercados, pro-

duto alimentícios, bebidas e fumo: -0,2%

Ao comentar a retração na venda de livros, jornais, revistas e papelaria, Cristiano Santos aponta que a atividade registra trajetória de queda persistente, “sobretudo pela migração de parte de seu portfólio de produtos para outras atividades, como no caso do livro físico”.

**ATACADO**

No comércio varejista ampliado, que inclui atividades de atacado — veículos, motos, partes e peças; material de construção; e produtos alimentícios, bebidas e fumo — o indicador cresceu 0,2% de agosto para setembro e marca alta de 0,7% no acumulado de 12 meses.

# Dólar tem leve alta com fluxo e perdas de divisas latino-americanas

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar ganhou força ao longo da tarde e encerrou a sessão de ontem, em leve alta, na contramão do sinal de baixa da moeda americana no exterior. Operadores afirmam que eventual saída de recursos da bolsa doméstica e temores de aumento das remessas ao exterior nas próximas semanas limitaram apostas no real, so-

bretudo após a taxa de câmbio ter rompido o piso de R\$ 5,30.

Com mínima de R\$ 5,2741 e máxima de R\$ 5,3033, o dólar à vista encerrou a sessão desta quinta-feira, em alta de 0,1%, a R\$ 5,2983. A divisa ainda perde 0,70% na semana, o que leva a desvalorização em novembro a 1,52%, após alta de 1,08% em outubro. No ano, a moeda americana recua 14,27% em relação ao real.

TELE

# Bancos pedem à justiça suspensão de decreto de falência da Oi

CIRCE BONATELLI/AE

O Bradesco e o Itaú Unibanco, que são credores da Oi, recorreram contra o decreto de falência da companhia. As instituições financeiras também pediram que se mantenha o afastamento da administração da Oi e a permanência no comando do gestor apontado pela Justiça.

As manifestações obtidas em primeira mão pelo Grupo Estado estão correndo na segunda instância, dentro da Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Elas buscam reformar o decreto de falência expedido pela 7ª Vara Empresarial do Rio na segunda-feira, 10. As peças foram escritas pelos escritórios SOB Advogados e Machado Meyer. Os bancos têm argumentos semelhantes. Em suma, apontam que a quebra da Oi não

representa a saída mais benéfica para pagamento dos credores, nem a proteção das partes atendidas pelos serviços da tele.

“A quebra de um dos maiores grupos econômicos da América Latina, em detrimento da manutenção de sua recuperação judicial, será potencialmente mais prejudicial não só à toda a coletividade de credores, mas ao próprio interesse público e àqueles que contratam seus serviços”, afirmaram os representantes do Bradesco. Na petição, citaram que a Oi mantém contratos relevantes de serviços de tecnologia e conectividade não só com Bradesco e Itaú, como também com outras empresas de grande porte como Caixa, Santander, Petrobras, Axia (ex-Eletronics), Americanas, Magazine Luiza e 13 mil lotéricas, entre outros, conforme constou no relatório feito pelo gestor judicial.

2025

# Fazenda reduz para 2,2% projeção de alta do PIB

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

A desaceleração da economia provocada por juros altos surtirá efeitos sobre a atividade econômica brasileira. O Ministério da Fazenda reduziu de 2,3% para 2,2% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB - soma das riquezas produzidas no país) em 2025. A estimativa foi divulgada ontem, em Brasília, no Boletim Macroeconômico da Secretaria de Política Econômica (SPE).

Segundo o ministério, a revisão decorre do desempenho mais fraco da economia no terceiro trimestre e dos efeitos defasados da política monetária restritiva. Para 2026, a projeção de crescimento foi mantida em 2,4%.

**ACIMA DA META**

A projeção para a inflação ofi-

cial (IPCA) em 2025 caiu de 4,8% para 4,6%, mas o índice ainda deve encerrar o ano acima do teto da meta - fixado em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para 2026, a expectativa foi revisada de 3,6% para 3,5%. A SPE prevê que a inflação deve convergir para 3,2% até o segundo trimestre de 2027, horizonte considerado relevante para a política monetária.

Segundo a SPE, a redução na projeção reflete fatores como:

- valorização do real;
- menor inflação no atacado para produtos agropecuários e industriais;
- excesso de oferta global de bens;
- aplicação da bandeira amarela nas tarifas de energia em dezembro.

**DESEMPENHO SETORIAL**

A revisão do PIB para 2025 mostra dinâmicas distintas entre os setores da economia. A agropecuária foi o destaque positivo com previsão de crescimento elevada de 8,3% para 9,5%.

A indústria recuou de 1,4% para 1,3%, e o setor de serviços passou de 2,1% para 1,9%.

Para 2026, o crescimento projetado de 2,4% deve ser sustentado por uma recuperação mais intensa na indústria e nos serviços, compensando a esperada desaceleração da agropecuária.

Atividade doméstica

O boletim aponta que a economia brasileira segue em trajetória de desaceleração, reflexo dos juros elevados e da contração no crédito.

“Os efeitos cumulativos da política monetária restritiva

continuam impactando a atividade”, destacou a SPE.

Embora o desemprego permaneça em nível historicamente baixo, o relatório observa redução da população ocupada e ritmo mais lento de crescimento dos rendimentos no terceiro trimestre.

**TARIFAS DOS EUA**

No cenário internacional, o boletim afirma que a atividade global permanece resiliente, mas alerta para incertezas comerciais e geopolíticas.

O documento cita o impacto negativo das tarifas impostas pelos Estados Unidos às exportações brasileiras. Entre agosto e outubro de 2025, as vendas do Brasil para os EUA caíram US\$ 2,5 bilhões, uma redução de 24,9% em relação ao mesmo período de 2024.

O Ministério da Fazenda informou que o governo tem buscado diversificar mercados e adotar políticas de apoio ao setor exportador. O boletim menciona ainda que o diálogo entre os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos pode contribuir para reduzir as tarifas.



GUARULHOS

# Brennand, condenado por estupro, é transferido de penitenciária em SP



O herdeiro, Thiago Brennand, condenado a mais oito anos de prisão, em regime fechado, pelo crime de estupro, foi transferido na quarta-feira passada, para a Penitenciária I de Guarulhos, localizada na região metropolitana de São Paulo.

De acordo com a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, o pedido foi feito por Brennand e sua defesa. O empresário está preso desde 2023, tendo passado pelo Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, na capital paulista, e de lá foi transferido para o Presídio Tremembé II, no interior do Estado, onde estava cumprindo a pena antes de ser transferido.

Em setembro deste ano, Brennand foi condenado pelo crime de estupro a uma pena de oito anos de prisão, em regime fechado. Ele também foi condenado a pagar indeniza-

ção de ao menos R\$ 200 mil. Na ocasião, a defesa também não se manifestou.

O processo, que era o nono pelo qual ele respondeu, era também o último em aberto, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Como tramita em segredo de Justiça, não há mais detalhes sobre esta condenação. Ele foi condenado em cinco processos e chegou a acordos extrajudiciais em outros dois, em todos respondendo por crimes que variam entre agressões, violência contra a mulher e estupros.

Com a nova sentença, as penas do empresário somam mais de 30 anos de prisão. Ele já havia sido condenado por agredir a modelo Helena Gomes em uma academia na zona sul de São Paulo, por estuprar uma mulher norte-americana em sua mansão e por forçar sexo sem preservativo com uma ex.

EDUCAÇÃO

# SP quase dobra número de alunos no Ensino Médio

O Governo de São Paulo anunciou nesta quinta-feira, em evento no Palácio dos Bandeirantes, a expansão do Ensino Médio Técnico nas escolas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), um crescimento que quase dobra o número de alunos no ensino profissional em relação a este ano. Atualmente, a rede estadual conta com 124 mil estudantes matriculados na modalidade e, no próximo ano, esse número chegará a 231 mil.

Considerando também os estudantes das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) do Centro Paula Souza, o Estado passará a ter 321 mil jovens matriculados na educação profissional, atingindo 40% dos alunos das 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

“A partir do ano que vem, o Estado de São Paulo terá muito mais alunos com dupla formação, saindo da escola com diploma de ensino médio e de ensino profissionalizante. Com esse número de alunos no ensino técnico, vamos alcançar um padrão de países OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), dando um exemplo para o Brasil. Os cursos profissionalizantes que oferecemos estão conectados com a nossa vocação, pois São Paulo é próspero no agronegócio e na indústria. Temos muitas potencialidades e precisamos de profissionais capacitados”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Durante a cerimônia, que reuniu estudantes e empresariado, o governador reconheceu também os parceiros do programa Bolsa Estágio Ensino Médio (BEEM) com o selo “Empresa do BEEM”, criado pela Seduc-SP. Escolas com mais estagiários contratados também foram celebradas durante o encontro.

Desde o início desta semana, 9 mil estudantes já haviam iniciado o trabalho. O secretário da Educação, Renato Feder, anunciou que a meta é chegar a 10 mil alunos beneficiados até o fim de dezembro e a 30 mil estagiários em 2026.

**MAIS ENSINO TÉCNICO**  
Apenas na rede estadual de

ensino, o salto de matrículas na comparação com 2023, no início da gestão, é mais de seis vezes maior. “Chegamos à Secretaria da Educação em 2023 com cerca de 35 mil estudantes matriculados no Ensino Médio Técnico nas escolas estaduais e, em 2026, alcançaremos 231 mil estudantes na modalidade de ensino. Nossos estudantes têm vislumbre, cada vez mais, as oportunidades que o futuro de estudos com a formação técnica apresenta a eles. Isso passa, especialmente, pelo programa que colocamos em prática neste ano, o Bolsa Estágio Ensino Médio – BEEM, que oferece aos nossos alunos a possibilidade de estagiar em uma empresa e receber uma bolsa de até R\$ 851,46”, afirma Feder.

No início desta semana, a Educação de SP superou o número 9.000 de estudantes contratados pelas empresas parceiras do BEEM, são 9.040 estagiários. A meta é chegar a 10 mil estagiários até o fim de dezembro e aumentar, em 2026, para 30 mil contratados.

Na rede estadual de ensino, os alunos têm a formação técnica profissional de quatro formas:

- Com professores contratados pela Seduc-SP, nas próprias escolas;
- Com professores das Etecs, com aulas que acontecem também nas escolas estaduais;
- Com aulas que acontecem nas unidades do Senai (em períodos ou dias da semana opostos às aulas regulares nas escolas estaduais); ou
- Com aulas que acontecem nas unidades do Senac (assim como no Senai).

São 11 os cursos oferecidos dentro das próprias escolas estaduais, por professores da Seduc-SP e do Centro Paula Souza: administração, agronegócio, ciência de dados, desenvolvimento de sistemas, eletrônica, enfermagem, farmácia, hospedagem, logística, meio ambiente e vendas. Contando com os cursos oferecidos pelo Senai e Senac, são 60 formações diferentes à disposição dos estudantes da rede.

EMPRESA DO BEEM

O encontro desta quinta-feira com estudantes, representantes das 91 unidades regionais de ensino e empresariado teve também como objetivo atrair novos parceiros para o programa de estágios da Seduc-SP e reconhecer as experiências neste primeiro ano de programação. Durante o evento, serão reconhecidas:

- 150 empresas com maior número de estagiários do BEEM;
- 50 empresas com a melhor avaliação dos estagiários; e
- 50 escolas com mais alunos contratados como estagiários.

A estudante Tamires Pinheiro Alves, 17 anos, matriculada na Escola Estadual Bispo Dom Gabriel Paulino Bueno, em Jundiá, atualmente faz estágio na Magalog (a empresa de logística da Magazine Luiza) e esteve no evento como uma das representantes dos estagiários do BEEM. Ela faz o curso técnico de administração e, no estágio, atua no setor financeiro. “Tenho colocado em prática o que aprendo na teoria, na sala de aula. Sou muito grata ao BEEM, porque consegui essa oportunidade única, em uma empresa tão boa quanto a Magalog. Me sinto muito privilegiada por saber que sou uma das primeiras a participar desse estágio e torço para que outros jovens também desfrutem dessa chance”, afirma a aluna.

Com a bolsa que recebe desde que deu início ao estágio, em agosto, Tamires tem auxiliado a pagar as contas de casa. “Também tenho guardado uma quantia para os meus planos para o futuro”, conta ela, que tem como objetivo fazer um curso superior na mesma área. “Eu escolhi administração por ser justamente uma área abrangente, necessária em diversas empresas”, complementa.

Durante o evento desta quinta-feira, o diretor de gestão de pessoas da Magalog, William Miguel dos Santos, anunciou que Tamires será efetivada como estagiária da empresa e que, no ano que vem, devem ser con-

tratados 30 novos estagiários por meio do BEEM.

Por meio do BEEM, estudantes do Ensino Médio da rede estadual matriculados no itinerário formativo técnico podem se candidatar a vagas de estágio e serem contratados por empresas parceiras da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) com bolsas mensais de até R\$ 851,46.

Durante seis meses, o pagamento das bolsas é realizado pela Seduc-SP, que também garante o seguro contra acidentes pessoais para os estudantes. Após seis meses, os estudantes poderão ter seus contratos de estágio efetivados pelas próprias instituições.

“O estudante encontra o seu caminho na experiência, trabalhando, executando e planejando além da base da Educação. O crescimento profissional exige essa experiência”, destacou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima.

COMO PARTICIPAR DO BEEM

O BEEM é direcionado a estudantes matriculados na 2ª ou 3ª séries do itinerário de formação técnico profissional do Ensino Médio e com idade mínima de 16 anos na data de admissão. O candidato deve ter ainda frequência regular igual ou superior a 85% e ter participado do Provão Paulista Seriado no ano anterior à seleção.

Dos 9.040 estudantes contratados até o início da semana, 5.808 são do curso técnico de administração.

Além de administração, completam a lista dos cinco cursos com mais estudantes no mercado de trabalho por meio do BEEM:

- Vendas, com 980 estagiários;
  - Logística, com 875 estagiários;
  - Agronegócio, com 600 estagiários; e
  - Desenvolvimento de sistemas, com 385 estagiários.
- No BEEM, os valores das bolsas variam de R\$ 422,03 a R\$ 851,46, de acordo com o curso e a carga horária, e são compatíveis com o mercado de trabalho de cada área.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM 1ª SÉRIE, DA 131ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 131ª Emissão da Canal Companhia De Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Briga-deiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/ME”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“TÍTulares dos CRI”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizadora” ou “Emissora”, respectivamente, em consonância com o disposto na cláusula 12 do “Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Da 1ª Série Da 131ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização Devidos Pela Cooperativa De Energia Getosa” (“Termo De Securitização”), firmado junto à Planner Corretora de Valores S.A, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54 (“Agente Fiduciário”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (“AGT”), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 03 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recompensação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (b), do Instrumento Particular De Cessão De Créditos Imobiliários E Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), em razão em razão da não manutenção do Valor Mínimo do Fundo de Despesas, bem como da sua recomposição tempestiva, conforme previsto na Cláusula 3.3, subitem (ii), do Contrato de Cessão; (ii) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recompensação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de comprovar a Alienação Fiduciária De Cotas Em Garantia E Outras Avenças (“Alienação Fiduciária de Cotas”); (iii) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recompensação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar relatório mensal descritivo de avanço de obras da UTE Uruguaiana, bem como descritivo dos custos incorridos no respectivo mês, conforme previsto na Cláusula 7.1, subitem (h), alínea “viii”, do Contrato de Cessão. Caso aprovado o presente item, fica certo que esta será dispensada a entrega dos relatórios pendentes anteriores ao mês de outubro de 2025; (iv) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recompensação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar cópia das suas demonstrações financeiras consolidadas, não auditadas, relativas aos trimestres findos em julho e setembro de 2025, bem como enviar cópia dos relatórios demonstrando o cumprimento ou descumprimento dos Índices Financeiros, acompanhados de memória de cálculo, conforme previsto na Cláusula 7.1, subitem (h), alínea “vi”, do Contrato de Cessão. Caso aprovado o presente item, fica certo que a verificação dos Índices Financeiros pela Securitizadora será realizada a partir do recebimento das respectivas demonstrações financeiras; (v) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recompensação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de comprovar a alteração da Política de Investimentos do Agius Claras II e do FIDC Canal 78 (conforme definidos nos Documentos da Operação), conforme previsto nas Cláusulas 6.10 e 6.10.1 da Alienação Fiduciária de Cotas; (viii) Caso aprovados os itens (i) a (vii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 05 (cinco) Dias Úteis, contados da formalização da ata de assembleia, para regularização dos referidos descumprimentos; (ix) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recompensação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de comprovar a expedição de ato normativo pelo Município de Raguaiara que tenha por objeto a extensão do prazo previsto no inciso II do artigo 4º da Lei Autorizativa Da Doação do Imóvel, até 31 de março de 2026, conforme previsto na Cláusula 7.1, subitem (n), do Contrato de Cessão. (x) Caso aprovado o item (ix) acima, aprovar a concessão de prazo adicional até o dia 05 de dezembro de 2025 para a comprovação da expedição do ato normativo pelo Município de Uruguaiana, sendo certo que a comprovação da solicitação de extensão do referido prazo legal deverá ocorrer até o dia 30 de novembro de 2025; e (xi) Caso aprovados os itens acima, autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [agentefiduciario@planner.com.br](mailto:agentefiduciario@planner.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI URUGUAIANA 131”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 13 de novembro de 2025

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 73ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 73ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/ME”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRI”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizadora” ou “Emissora”, respectivamente, em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização De Créditos Imobiliários da Série Única da 73ª (Septuagésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização (“Termo de Securitização”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (“AGT”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 12 de dezembro de 2025, às 15:00 horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 8.1. item “h”, do Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, do Projeto 11 Empreendimentos Imobiliário Spp Ltda. (“Notas Comerciais”), em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária de manter o Valor Mínimo do Fundo de Reserva, bem como recomp-lo de forma tempestiva, conforme previsto na Cláusula 9.5.2. do Termo de Securitização; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 20 (vinte) dias contados da realização da AGT para que ocorra a regularização do Valor Mínimo do Fundo de Reserva; (iii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 8.1. item “q”, das Notas Comerciais, em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação de enviar o relatório de destinação de recursos, bem como relatórios de medição de obras elaborados pelo técnico responsável pelo Empreendimento Praia Exclusiva (conforme definidos nos Documentos da Operação), conforme previsto nas Cláusulas 3.2.1.2 e 3.2.1.3 das Notas Comerciais; (iv) (i) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail [fiduciario@trusteedvm.com.br](mailto:fiduciario@trusteedvm.com.br), indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI DUE”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo/SP, 14 de novembro de 2025.

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização

PRIMAVERA: Sol com períodos de céu nublado. Noite com pancadas de chuva.

MATANÇA

# Operação: menos da metade dos policiais usaram câmeras

O comandante do Batalhão de Operações Especiais (Bope), Marcelo Corbage, e o chefe da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (Core), Fabricio Oliveira, afirmaram em depoimento ao Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) que apenas 134 dos 343 policiais das duas unidades utilizaram câmeras corporais na megaoperação nos complexos do Alemão e da Penha, que ocorreu no dia 28 de outubro. A operação se

tornou a mais letal do Estado, com 121 mortos. De acordo com o depoimento de Corbage, comandante do Bope, 77 dos 215 policiais da tropa de elite estavam equipados com câmeras corporais durante a operação. Ainda segundo ele, "não foi pensada a necessidade de baterias sobressalentes" para os equipamentos "porque se acreditava que a operação teria um tempo normal de duração de cerca de cinco a seis horas". Já Oliveira disse ao MPRJ que,

dos 128 policiais da Core, 57 estavam utilizando câmeras corporais na operação. Corbage afirmou que os dispositivos foram dispostos de modo que "todas as frações contassem com ao menos um policial com câmera". O MP do Rio identificou "lesões atípicas" em dois dos 121 corpos dos suspeitos e policiais mortos durante a megaoperação contra o Comando Vermelho. Um relatório técnico produzido pela Divisão de Evidências

Digitais e Tecnologia (DEDIT), com base em exames de necropsia dos corpos, apontou que um dos suspeitos apresentava lesões de disparo à curta distância e outro ferimento por decapitação. Os promotores responsáveis pela análise dos corpos sugerem uma "análise minuciosa das imagens das câmeras corporais dos agentes envolvidos na operação" e análise do escaneamento do ambiente onde ocorreu o confronto.

DIA 18

## EPE e empregados em greve terão audiência de conciliação

DENISE LUNA/AE

O Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Senge-RJ) informou que a primeira audiência de conciliação entre a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e seus funcionários em greve foi marcada para o próximo dia 18. O encontro acontece após a Senge-RJ entrar com pedido de mediação ao Tribunal do Trabalho do Rio de Janeiro

(TRT-RJ). Segundo o diretor de Negociação Coletiva do Senge-RJ, Felipe Araújo, a greve, que entrou nesta quinta-feira, 13, no seu 24º. dia continua. Assim como outras estatais que dependem do Orçamento do governo, a direção da EPE propôs aos seus empregados reajuste de 80% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no primeiro ano do

Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), e 100% do INPC no segundo ano para os empregados concursados. Os cargos comissionados não teriam nenhum reajuste no primeiro ano e cerca de 3% no segundo ano. "Além do reajuste, que pela proposta, fica abaixo da inflação, queremos avanços em alguns benefícios, e um plano de cargos e salários", disse Araújo mais cedo à Broadcast, Sistema

de notícias em tempo real do Grupo Estado. O mercado tem acompanhado a greve da EPE pelo impacto que uma greve de longo prazo possa ter no Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP), previsto para março de 2026. Segundo a EPE, todos os esforços serão feitos para que o leilão não atrase. Em nota publicada na tarde desta quinta, a autarquia reafirmou seu "compromisso com a valorização dos seus empregados e com a condução das negociações coletivas de modo a assegurar a continuidade das suas entregas, essenciais para o MME (Ministério de Minas e Energia) e para o Estado brasileiro".

ESPECIAL

# Brasil lidera ranking de salários em tecnologia na América Latina, aponta relatório

POR BÁRBARA SOUZA

Brasil desponta como o país com maiores remunerações na área de tecnologia entre os países da América Latina, segundo um recente relatório da empresa Deel. De acordo com o estudo, profissionais como engenheiros de software e cientistas de dados no país recebem, em média, o equivalente a US\$ 67 mil por ano, ou cerca de R\$ 358 000 anuais. Esse dado coloca o Brasil no topo da região em termos de remuneração nessa área. Segundo o levantamento, o Brasil supera o México (US\$ 48 mil), a Argentina (US\$ 42 mil), o Chile (US\$ 40 mil) e a Colômbia (US\$ 38 mil) nessa faixa salarial para funções ligadas à tecnologia. Essa liderança regional reflete não apenas o crescimento da demanda por talento local para posições de TI, mas também a crescente valorização dos profissionais em função de desafios como a transformação digital, inteligência artificial e internacionalização de empresas. A análise aponta que parte da elevação salarial pode estar associada às contratações para atuação remota ou híbrida, bem como à remuneração atrelada a empresas multinacionais com atuação global. O próprio relatório ressalta que o Brasil “ganha” ao se tornar destino de talentos em tecnologia que antes eram atraídos por mercados externos, ou que trabalham para empresas estrangeiras, mesmo estando localizados no país. Por outro lado, outros bancos de dados apontam que a realidade salarial pode variar bastante dentro da região e não necessariamente refletem o “alto salário” para todos os níveis ou localidades. A pesquisa da Howdy, por exemplo, analisou mais de 12.500 registros e indicou que, na América Latina em 2025, a média anual para desenvolvedores de software oscilava entre US\$ 53 000 e US\$ 63 000 — com o Brasil estimado em cerca de US\$ 53 253. Essa disparidade evidencia que o nú-

mero “R\$ 358 000/ano” deve ser visto como uma média para determinados perfis (engenheiros, data scientists) e não como salário típico para todos os profissionais de TI. A liderança brasileira tem implicações interessantes para o mercado regional de tecnologia. Primeiro, residentes brasileiros começam a perceber que o país é competitivo não apenas em volume de mão-de-obra, mas também em remuneração. Segundo, a maior remuneração traz desafios: a atração e retenção de talentos, especialmente em áreas de alta especialização, passa a exigir políticas salariais e benefícios mais agressivos. Conforme aponta o estudo da Deel, “o desafio agora é apoiar essa posição”, já que a formação de novos talentos será crucial para sustentar o ritmo de crescimento. Apesar de liderar o ranking, o mercado brasileiro nessa área enfrenta fatores de risco, como flutuações cambiais, inflação doméstica alta, e concorrência internacional crescente por profissionais com habilidades similares. Em resumo, apesar do Brasil liderar o ranking latino-americano de salários em TI, mostrando maturidade e competitividade no setor, ainda há poucos profissionais no país dentro dessa faixa. O resultado é uma oportunidade para o setor, e um chamado para ações estratégicas de formação, retenção e qualificação de talentos que sustentem esse avanço no médio e longo prazo.



PEXELS

ESCOLA DE SAMBA

## Contraventor e ex-PM vão a julgamento pela morte de Alcebíades

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) obteve decisão, em segunda instância, para que o contraventor Bernardo Bello e seu comparsa, o ex-policial Wagner Dantas Alegre sejam julgados pelo Tribunal do Júri pelo homicídio do também contraventor Alcebíades Paes Garcia, conhecido como Bid. Ele foi assassinado na porta de casa, quando retornava de madrugada dos desfiles das escolas de samba do Grupo Especial na Marquês de Sapucaí, no carnaval de fevereiro de 2004. Alcebíades era irmão do contraventor Waldomiro Paes Garcia, o Maninho, assassinado em 1999. Ele era uma figura de destaque no jogo do bicho no Rio de Janeiro e sua morte gerou uma disputa com mortes entre os herdeiros da família. Bernardo Bello foi casado com uma das filhas de Maninho, Tamara Garcia, com quem tem um filho e começou no jogo do bicho após a morte de Maninho e do pai dele, Waldemir Paes Garcia, conhecido como Miro, que foi presidente da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro. Ele morreu pouco tempo após a morte de Maninho, por problemas de saúde. Wagner Dantas Alegre é ex-policial militar e matador de aluguel. Ele se uniu a Fernando Bello e foi o responsável pela morte de Bid, de acordo

com investigações da Delegacia de Homicídios da Capital. Atualmente ele está foragido. Fernando Bello também está foragido da Justiça e ainda não foi localizado. A 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) rejeitou os pedidos formulados pelas defesas de Bernardo Bello e Wagner Alegre. Após sustentação oral apresentada por procuradora de Justiça integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPRJ, os desembargadores rejeitaram, por unanimidade, o recurso dos réus. Segundo o MPRJ, o homicídio de Bid foi cometido em um contexto de intensa e sangrenta disputa pelos pontos de exploração do jogo do bicho e de máquinas caça-níqueis no Rio de Janeiro. A denúncia descreve que Bernardo Bello ordenou e coordenou as ações para o assassinato do rival, Alcebíades Garcia, enquanto Wagner Alegre, segurança de Bello, foi o autor dos disparos. O atentado ocorreu em pleno carnaval, na madrugada de 25 de fevereiro de 2020, quando Alcebíades voltava da Marquês de Sapucaí. Ainda de acordo com o MPRJ, o crime contou com a participação de seguranças de Bid, também denunciados, que forneceram informações essenciais para concretizar o homicídio.

FIOCRUZ

## Gestantes de áreas vulneráveis têm risco maior de perder bebê

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

O risco de um bebê morrer durante a gestação ou parto é até 68% maior em municípios com situação socioeconômica mais vulnerável. Os dados são de uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em conjunto com a London School of Hygiene and Tropical Medicine, Universidade de São Paulo (USP) e Western University, no Canadá. Além disso, os pesquisadores verificaram que ao longo de 18 anos, a taxa de natimortalidade ficou relativamente estável nas cidades com maior vulnerabilidade, apesar de ter caído naquelas com melhores condições. O estudo analisou nascimentos no Brasil entre 2000 e 2018, com base em registros oficiais do Ministério da Saúde e relacionou ao Índice Brasileiro de Privação — que classifica os municípios em níveis de privação, considerando renda, escolaridade e condições de moradia. Conforme artigo publicado na revista BMC Pregnancy and Childbirth, o objetivo foi verificar se o declínio nacional no risco de natimortalidade foi semelhante entre os municípios com diferentes níveis de privação para "identificar áreas que necessitam de maior apoio e desenvolver estratégias específicas para diminuir a natimortalidade nessas regiões mais afetadas". Dados anteriores já mostravam que a taxa de natimortalidade, no Brasil, caiu 30,7% em 2019, na comparação com o ano 2000, passando de 10,1 a cada 1 mil nascimentos para 7, mas nenhum estudo tinha investigado de forma abrangente as diferenças internas, a nível municipal. "Agora, as evidências mostram claramente que essa diferença existe e tem impacto real

nas taxas de natimortalidade", enfatiza a pesquisadora do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde da Fiocruz Bahia, Enny Paixão. Em 2018, último ano com dados incluídos na análise, o Brasil registrou 28,6 casos de fetos que morreram após a 20ª semana de gestação, ou bebês que faleceram durante o parto. Isso equivale a uma taxa de 9,6 natimortos a cada mil nascimentos. Mas essa mesma taxa cai para 7,5 nos municípios com melhores condições socioeconômicas e sobe para 11,8 nas cidades com maior nível de privação. Os pesquisadores acreditam que melhorias gerais nas políticas de saúde e em outras áreas como educação e saneamento básico podem explicar a diminuição da taxa média do país. "Não está claro por que essas intervenções foram relativamente menos eficazes (...) nos municípios mais carentes", diz Enny. Uma das hipóteses é que esses municípios concentram maior proporção de populações rurais vivendo em áreas remotas, que precisam percorrer grandes distância para acessar serviços de saúde, especialmente os de maior complexidade. A pesquisadora Enny Paixão reforça a contribuição de problemas característicos da desigualdade, "incluindo falta de serviços ou dificuldade de acesso e baixa qualidade dos serviços de saúde disponíveis nessas áreas, o que pode fazer com que a atenção pré-natal e durante o parto não seja ideal". A pesquisadora também pontua que investigar a natimortalidade entre municípios segundo o nível de privação "é fundamental" para identificar áreas que demandam melhorias no acesso e na qualidade da atenção perinatal.

INVESTIGAÇÃO PENAL

# Ex-assessor de Moraes vira réu no Supremo por violação de sigilo

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, em Brasília, tornar réu o ex-assessor do ministro Alexandre de Moraes, Eduardo Tagliaferro.

Ele foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos crimes de violação de sigilo funcional, coação no curso do processo e obstrução de investigação penal.

O ex-assessor foi investigado pela Polícia Federal pelo vazamento de conversas com outros funcionários do gabinete do ministro.

Segundo Tagliaferro, as conversas revelariam supostas ilegalidades que teriam sido cometidas quando Moraes ocupou o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2022. O ministro sempre negou qualquer irregularidade.

Tagliaferro foi contratado pelo próprio ministro para trabalhar na Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED), seção que funcionou no TSE durante as eleições presidenciais.

Em 2023, o ex-assessor foi

demitido pelo ministro após ser acusado de violência doméstica.

## JULGAMENTO

Além de Alexandre de Moraes, relator do caso, os ministros Cristiano Zanin, Flavio Dino e Cármen Lúcia votaram para tornar o acusado réu.

No entendimento de Moraes, Tagliaferro divulgou informações sigilosas, por meio de entrevistas à imprensa, e repassou diálogos mantidos com servidores do TSE sobre processos que estavam em andamento no tribunal.

Sobre o fato de julgar seu ex-assessor, o ministro rejeitou se declarar impedido para analisar o processo.

“Não há qualquer elemento concreto que demonstre interesse pessoal deste relator no desfecho da causa, tampouco situação que se enquadre nas hipóteses legais de impedimento. A mera vinculação institucional ou hierárquica entre o órgão presidido e servidores investigados não caracteriza interesse direto ou indireto no feito, sendo insuficiente para afastar a competência regularmente estabelecida”, afirmou.

TRAGÉDIA

# Governo garante verbas e serviços após tornado que atingiu o Paraná

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O governo federal vem atuando em diversas frentes desde a última sexta-feira quando um tornado atingiu a cidade de Rio Bonito do Iguacu, no estado do Paraná, com velocidade dos ventos de até 250 km/h, deixando um rastro de destruição, seis mortos, pelo menos 750 feridos, casas danificadas pela força dos ventos, outras destelhadas e postes derrubados, deixando a cidade às escuras. O governo liberou R\$ 25 milhões para obras emergenciais de reconstrução da cidade.

Agora, o governo está mobilizado para acelerar a reconstrução de estruturas, equipamentos públicos e moradias e recuperar o bem-estar dos paranaenses. O município de Rio Bonito do Iguacu, com cerca de 14 mil habitantes, foi um dos mais atingidos e teve 90% da área urbana impactada pelo fenômeno climático, com destruição total ou parcial de centenas de casas e edificações comerciais, escolas e unidades de saúde.

A partir de determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal reconheceu a situação de calamidade pública em caráter sumário, por meio de portaria publicada em 8 de novembro. A medida possibilita o apoio emergencial de diversos órgãos e a liberação de recursos para atendimento à população.

Além do reconhecimento da situação de calamidade pública, o Ministério da Integração Regional e a Defesa Civil Nacional atuam no mapeamento da área atingida, com a mobilização de três equipes com sete profissionais para ações de socorro e assistência humanitária e restabelecimento e reconstrução. Outras medidas incluem o monitoramento do prognóstico climático e levantamento de dados.

Na sequência, dois planos de trabalho referentes à reconstrução de cinco edificações públicas foram aprovados. Somados, são R\$ 25 milhões, via Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e Defesa Civil Nacional.

## REPAROS

O valor é destinado ao reparo de infraestruturas públicas, reconstrução de terminal rodoviário, do barracão de armazenamento de equipamentos municipais (maquinários) e do centro cultural da cidade. O primeiro repasse foi destinado à reconstrução de uma escola e ginásio municipais - equipamentos públicos destruídos.

Nessa quarta-feira, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) do governo federal solicitou prioridade no empenho do recurso e assegurou o valor em nome da prefeitura de Rio Bonito do Iguacu. Após o empenho, o município tem 180 dias para elaborar projetos e licitações para a contratação dos serviços.

## ENERGIA ELÉTRICA

O Ministério de Minas e Energia está atuando para recuperar serviços de distribuição de energia elétrica e coordenação com o setor elétrico o restabelecimento do fornecimento de energia.

Em 99% das casas, comércio e indústria da cidade, a energia já foi restabelecida. O diagnóstico indica que 90 mil unidades consumidoras ficaram sem energia elétrica em 18 municípios entre a noite de sexta-feira (7) e a manhã de sábado (8), sendo Bonito do Iguacu área mais afetada.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) vem trabalhando para que os moradores não fiquem sem acesso à internet e serviços de comunicações. Operadoras como Vivo e Claro sinalizaram o restabelecimento e normalização dos serviços. A Tim habilitou a função roaming à população de 24 municípios, incluindo Rio Bonito do Iguacu.

## CESTAS DE ALIMENTOS

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) disponibilizaram 1.500 cestas de alimentos de 25kg à população dos municípios atingidos pelo tornado. A Conab pode aumentar a quantidade a depender da demanda.

SEM DESCONTO

# Ex-ministro de Bolsonaro era pilar da fraude no INSS

A Polícia Federal (PF) concluiu que o ex-ministro da Previdência Social José Carlos Oliveira atuou como “pilar institucional” para o funcionamento do esquema de descontos não autorizados nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A conclusão está no relatório de investigação que baseou a decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a deflagração da nova fase da Operação Sem Desconto, da PF.

Na manhã desta quinta-feira, Oliveira foi um dos alvos da PF e passou a ser monitorado por tornozeleira eletrônica.

Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, Oliveira foi presidente do INSS, diretor de benefícios do órgão e ministro da Previdência, pasta a qual o órgão está subordinado.

De acordo com a investigação, Oliveira autorizou repasses ilegais e recebeu vantagens indevidas. No relatório, ele também é citado pelo nome religioso de Ahmed Mohamad Oliveira.

Após apreender uma planilha, os investigadores conseguiram identificar o recebimento de pelo menos R\$ 100 mil de propina de empresas de fachada. Segundo a PF, ele foi citado pelos codinomes “São Paulo e Yasser”.

Além disso, a PF apontou

que, em junho de 2021, na condição diretor de benefícios, Oliveira assinou a liberação de R\$ 15,3 milhões para a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) sem a devida comprovação das filiações de aposentados à entidade.

A liberação incluiu cerca de 30 listas fraudulentas, que permitiram descontos em 650 mil benefícios.

“Essa liberação foi feita em desacordo com o regulamento interno e sem exigir documentos comprobatórios, o que possibilitou que a Conafer retomasse e ampliasse a fraude de descontos”, diz a decisão de Mendonça.

Ministro

A PF também apontou que há indícios de que o esquema continuou durante o período em que Oliveira assumiu o cargo de ministro da Previdência Social.

“Várias das mensagens interceptadas pela PF geram fortes indícios de que o esquema criminoso envolvendo o investigado José Carlos Oliveira estava em pleno funcionamento também no período em que ele era ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social do Brasil”.

Como exemplo, a PF cita podemos citar mensagens de whatsapp e indícios de que valores obtidos ilicitamente foram repassados a Oliveira quando ele era ministro de Estado.

# Polícia Federal prende Alessandro Stefanutto, ex-presidente do INSS

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) prendeu, na manhã desta quinta-feira, o ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Alessandro Stefanutto. A prisão se deu em nova fase da Operação Sem Desconto, deflagrada em

conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU).

Stefanutto foi exonerado do cargo em abril, logo após a Operação Sem Desconto revelar as fraudes contra aposentados e pensionistas.

A operação investiga um esquema nacional de descontos

associativos não autorizados em aposentadorias e pensões do INSS.

Policiais federais e auditores da CGU cumpriram 63 mandados de busca e apreensão, 10 mandados de prisão preventiva e outras medidas cautelares diversas da prisão em 15 unidades

da federação.

Os mandados foram cumpridos nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

REUNIÃO

# Lula pede empenho a ministros na tramitação de projetos de segurança

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) reuniu, ontem, seus ministros que já foram governadores para tratar dos projetos sobre segurança pública em tramitação na Câmara dos Deputados. Lula pediu empenho desses ministros na articulação política para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, enviada pelo governo em abril, e do projeto de lei (PL) Antifacção, encaminhado no final de outubro.

“Os ministros, claro, foram governadores, têm relação com os deputados das suas bancadas, conversam. Então, acho que isso também nos ajuda muito na articulação lá dentro do Congresso”, disse a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, em entrevista à imprensa no Palácio do Planalto, após a reunião com Lula.

De acordo com a ministra, a intenção da reunião era ouvir a experiência de cada um deles sobre o tema e sobre a tramitação dos projetos.

“Foi uma reunião muito interessante e produtiva porque os nossos ministros ex-governadores reiteraram a importância da aprovação desses marcos legais”, acrescentou a ministra.

Entre os pontos principais da PEC da Segurança Pública, o governo defende a integração das forças federais com as estaduais e municipais para “combater



BRUNO PERES/ABRASIL

efetivamente” o crime organizado. “Isso dá condições de integrar o trabalho das forças de segurança desde o planejamento à ação”, disse Gleisi.

Sobre o último relatório do PL Antifacção, apresentado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP), a ministra afirmou que ainda há questões que preocupam o governo, como a apreensão de bens apenas após o trânsito em julgado do processo e a tipificação penal. Segundo ela, o texto precisa deixar claro o tipo penal de facção criminosa - que é um conceito mais complexo de domínio territorial e econômico - diferente de organização criminosa.

Em meio a esse cenário de divergências, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, adiou para a próxima terça-feira, como pauta única, a discussão e votação do texto.

Para Gleisi, o governo tem um “acúmulo grande de discussão dessa matéria” e está preparado para fazer a defesa do projeto em plenário.

“O governo se dedicou por seis meses para elaborar esse projeto, esse projeto não nasceu em dois dias. Foi um projeto discutido com especialistas, com a universidade, com autoridades da área de segurança dos estados. Enfim, foi um projeto bastante robusto e bastante estuda-

do. Então nós temos condições de fazer esse debate”, afirmou.

Os ministros que participaram da reunião foram Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e vice-presidente); Rui Costa (Casa Civil); Renan Filho (Transportes); Camilo Santana (Educação); Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome); e Waldez Góes (Integração e do Desenvolvimento Regional).

Também estiveram presentes a ministra Gleisi e os ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da Fazenda, Fernando Haddad.

Nota

## MORAES A GONET: 'TRABALHADOR INCANSÁVEL NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA'

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem, que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, reconduzido para mais dois anos no cargo, é um “trabalhador incansável no fortalecimento da democracia”. O procurador-geral foi o responsável pela denúncia que resultou na condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a 27 anos e três meses de prisão como artífice da trama golpista. O Senado aprovou na quarta-feira, a indicação de Paulo Gonet para o segundo mandato à frente da

Procuradoria-Geral da República. O placar foi de 45 votos a 26. Os elogios ao procurador foram feitos na abertura da sessão plenária do STF, nessa tarde. Os julgamentos estão sendo conduzidos por Moraes, vice-presidente do tribunal, porque o ministro Edson Fachin, presidente da Corte, está em Belém para participar da COP 30. Moraes afirmou que o procurador-geral “cumpriu o prometido” quando assumiu o cargo, em 2023, “com dedicação e humildade” e com “firmeza e serenidade”. “Ganha a Justiça, ganha o Ministério Público e ganha a sociedade brasileira”, concluiu o ministro. O procurador-geral retribuiu: “O Brasil tem motivo de orgulho, porque todos aqui são ministros empenhados, talentosos, inteligentes.

Educação

# Supremo decide que recreio integra jornada de professores

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, em Brasília, que o intervalo de recreio escolar integra a jornada de trabalho de professores de escolas e faculdades particulares. Pelo entendimento dos ministros, a regra é que o recreio faz parte da jornada. Contudo, os empregadores poderão comprovar na Justiça do Trabalho casos em que os profissionais se dedicam exclusivamente a atividades pessoais durante o intervalo e não fazem atendimentos aos alunos ou outras tarefas.

Antes da decisão, o recreio deveria ser computado obrigatoriamente, sem exceções, como parte da jornada de trabalho, ou seja, tempo à disposição do empregador. A partir de agora, no caso de uma eventual disputa judicial, o tempo à disposição deve ser comprovado em cada caso concreto. **CONSTITUCIONALIDADE** O STF julgou a constitucionalidade de decisões da justiça trabalhista que reconheceram que o período de recreio sempre faz parte da jornada de trabalho dos profissionais. O caso chegou ao STF por

meio de um recurso protocolado pela Associação Brasileira das Mantenedoras de Faculdades (Abrafi). A entidade questiona decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a questão. **DISCORDÂNCIA** A votação do caso foi iniciada na sessão de quarta-feira, quando o relator, ministro Gilmar Mendes, discordou do entendimento de que o período de recreio deve ser computado obrigatoriamente. Na sessão de ontem, o Supremo finalizou o julgamento e o entendimento do relator foi seguido pelos ministros

Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Dias Toffoli e Carmen Lúcia. O presidente do STF, Edson Fachin, que tinha votado sobre a questão, foi o único vencido. Para ele, os intervalos devem ser computados como tempo à disposição das escolas. Em março do ano passado, Gilmar Mendes determinou a suspensão nacional de todos os processos que tratam do tema para aguardar o posicionamento final do STF sobre a questão. Com o fim do julgamento, os processos vão ser retomados e deverão seguir o novo entendimento da Corte.

Segurança

# Lewandowski defende integração de dados de segurança com Mercosul

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA/ABRASIL

Ao anunciar um acordo de cooperação com ministros de segurança de países Mercosul para fortalecer a luta contra o tráfico de pessoas, o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski defendeu, ontem, em Brasília, a integração de dados com as nações que compõem o bloco. Lewandowski recordou que no projeto de Lei Antifacção, que é discutido na Câmara dos Deputados, está prevista a criação do Banco Nacional de Informações sobre o Crime Organizado. “Eu tenho a certeza que essa comissão vai evoluir para criar um banco regional de dados sobre os criminosos, sobretudo sobre os faccionados, aqueles que são membros de organizações criminosas”, acrescentou.

"Integração"

O ministro do Interior do Paraguai, Enrique Escudero, acrescentou à Agência Brasil que essa é a chave no combate ao crime organizado. Ele entende que os acordos com os países do Mercosul vão ser ampliados e esse é o caminho para enfrentar as facções. “Mais do que enfrentá-los, precisamos ser mais criativos, mais rápidos, porque senão é uma luta assimétrica”, disse o ministro paraguaio, que será o presidente pró tempore do grupo de ministros que cuidam da segurança pública.

"Pessoas indefesas"

A respeito do acordo de cooperação anunciado no combate ao tráfico de pessoas, o ministro brasileiro apontou que se trata de um avanço importante contra o flagelo que vitima os países do bloco. “Agora temos um instrumento de cooperação para combater esse crime porque muitas vezes é dirigido contra pessoas indefesas”. O ministro brasileiro citou que foi criada também uma comissão e uma estratégia do Mercosul contra o crime organizado transnacional. “Uma estratégia com o objeti-



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

vo de curto, médio e longo prazo que permitirá uma integração ainda maior dos Estados-membros do Mercosul”, disse. Outro acordo foi uma declaração conjunta para a segurança do corredor viário bioceânico, que vai ligar por via terrestre e até hidroviária, do Atlântico ao Pacífico. Também foi assinada declaração de vigilância de crimes que afetam o meio ambiente. “Ninguém consegue sozinho” A Secretária de Seguridade Nacional da Argentina, Alejandra Montioliva, também na entrevista à imprensa, afirmou que nenhum dos países pode dar uma resposta efetiva contra o crime organizado de forma solitária. “A articulação de respostas em nossos países requer, e aí vamos com a segunda conclusão, cooperação e integração. Essa cooperação tem que ter viabilidade técnica e viabilidade política. Sem isso é impossível”, ponderou a ministra argentina. Lewandowski disse que os acordos de cooperação representam declaração de intenções e passam a ser materializados em ações e programas concretos que vão sendo elaborados pelas equi-

pes dos países. O ministro paraguaio acrescentou que as autoridades do bloco têm se atualizado uma vez que o crime organizado tem adotado práticas inimagináveis há 30 anos. “Não se conhecia a ciber delinquência. Hoje está incorporado aos acordos de segurança do Mercosul. Não se conhecia o crime organizado como hoje o conhecemos”. A respeito do tráfico de drogas, o paraguaio lamentou que destrói vidas em todo o continente. “É um problema de segurança pública e também de saúde pública”. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, também participou do evento e endossou as palavras da vice-presidente colombiana. Ela recordou experiências pessoais durante a infância, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, para destacar como populações mais pobres e racializadas sempre estiveram vulneráveis aos extremos do clima. “A favela da Maré, quando a gente descia para brincar em algumas partes, a gente sentia muito quando o calor aumentava. Se chovia, e o esgoto ou o valão transbordavam, a gente não po-

dia descer para brincar. Isso é racismo ambiental”, disse Anielle. “Se você parar para pensar que na Baixada Fluminense o calor é normalmente 4 graus acima da Zona Sul do Rio de Janeiro, por esta ser mais arborizada, isso também é racismo ambiental”, complementou. A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, destacou que o governo federal está concentrando esforços para tratar do tema, implementar medidas de transição justa e dar maior protagonismo para os povos tradicionais na COP30. “A cada grande tragédia de fogo, de fome, de seca, de sede, de inundação, percebemos o quanto o racismo ambiental está atingindo de forma brutal as populações mais vulneráveis. Esta COP vai pautar esses problemas”, disse a ministra. “Temos garantido a ampla participação social e a maior participação indígena da história das COPs. Estamos pautando a partir de documentos, como declaração lançada pelo Brasil sobre o racismo ambiental. E vamos continuar nessa agenda de ação com diversas propostas”, complementou.

Colômbia

# Vice-presidente acusa ONU de racismo no debate ambiental

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A vice-presidente da Colômbia, Francia Márquez, disse ontem, na COP30, em Belém, que a Organização das Nações Unidas (ONU) não reconhece o valor político e cultural das populações negras e indígenas nas principais decisões sobre o clima. Francia participou de um encontro na Zona Azul organizado pela presidência da COP30 para discutir aspectos do racismo ambiental, conceito que reconhece como as mudanças climáticas afetam de forma desigual povos historicamente oprimidos. “Quando falamos de racismo ambiental, tenho que começar reconhecendo que as Nações Unidas são racistas”, disse a vice-presidente. “Na COP16, fizemos um esforço enorme ao lado do Brasil para que reconhecessem oficialmente a categoria dos povos afrodescendentes. E sabem o que disseram? Que não temos uma lingua-

gem contributiva. Não somos uma linguagem, resistimos. Temos cultura e contribuímos para a conservação do meio ambiente”, complementou. Francia Márquez elencou as diferentes formas pelas quais os povos afrodescendentes e indígenas da Colômbia têm sentido os efeitos da emergência climática. O que ela reafirma ser resultado de racismo sistemático. “O colonialismo e a escravidão serviram a estruturas que sustentaram um modelo econômico que hoje esgota a vida no planeta, que expropriam a condição humana de certos povos e que os colocam em condição de inferioridade”, disse a mandatária. “Não se pode falar simplesmente do clima, como o ar, a água e a terra, sem entender que tudo está conectado. Os mais vulneráveis são as populações racializadas, as populações que são há muito tempo objeto de violências estruturais”, complementou.

COP30

# Brasil recebe doação de US\$ 300 mi para plano de saúde climática

FABÍOLA SINIMBÚ/ABRASIL

Instituições filantrópicas globais anunciaram ontem a doação de US\$ 300 milhões para o Plano de Ação de Belém para a Saúde, lançado pelo governo brasileiro durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém. A iniciativa busca adaptar os sistemas de saúde aos impactos causados pelo aquecimento do planeta. “Estou muito feliz que hoje pudemos anunciar, comprometendo US\$ 300 milhões para ações integradas para combater as causas das mudanças climáticas e suas consequências para a saúde. Essa iniciativa é chamada de Coalizão para o Clima e o Bem-Estar da Saúde. Ela inclui 35 milhões de pessoas no mundo”, disse o diretor de Clima e Saúde da Welcome Trust, Alan Dangour. A instituição beneficente inglesa é uma das integrantes da Coalizão para o Clima e o Bem-Estar da Saúde que realizou a doação. Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o plano é uma estratégia global a ser adotada em todos os países que tenham interesse em se tornar signatários na forma de um compromisso de adaptar os seus sistemas de saúde. Atualmente, a proposta já recebeu a adesão de 40 países e outras 40 instituições e organizações sociais interessadas em participar. “Nós temos países de todos os continentes, países que têm sistemas nacionais públicos de saúde importantes, tradicionais, como o Brasil. O país do Reino Unido, por exemplo, tem um sistema nacional público universal mais tradicional, países de várias dimensões”, disse o ministro.

De acordo com Padilha, entre os países que já aderiram estão o Reino Unido, que preside o G20, grupo das 20 maiores economias globais e que apoiará o Brasil na busca por mais assinaturas ao plano. “Nós consideramos hoje a mudança climática como um dos principais determinantes sociais da saúde. Utilizaremos a parceria do Brics para mobilizar mais países nesse plano. E como missão, o Brasil assume a sua responsabilidade regional no continente americano”, disse o ministro. Segundo ele, países de todo o continente americano estão aderido, como Canadá e México, na América do Norte, além de vários países da América do Sul como Colômbia e Uruguai. No Brasil, o Plano de Ação de Belém para a Saúde será implantado na infraestrutura de todo o sistema de saúde, adaptando as construções de acordo com a realidade de cada região, seja na construção das infraestruturas de saúde ou na forma de transportar insumos e de coletar dados. “O que nós estamos dizendo é que as mudanças climáticas não afetam todas as populações da mesma forma”, reforça Padilha. O ministro destaca que os recursos serão empregados de forma prioritária às populações mais vulneráveis, seja pela região em que vivem ou pelo grupo social que estão inseridas. “Vulnerabilidades sociais, como acesso aos serviços de saúde, vulnerabilidades que são marcas da desigualdade no Brasil, como o racismo às populações negra, indígena, a desigualdade de gênero, em relação às mulheres, então um dos eixos do plano é exatamente priorizar os recursos para cuidar dessas populações”, diz.

Lajeado

# Após operação da PF, ex-prefeito deixa o governo

Após ter sido alvo de uma operação da Polícia Federal (PF), com o apoio da Controladoria Geral da União (CGU), o ex-prefeito de Lajeado (RS), Marcelo Caumo, pediu ontem afastamento do cargo de secretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano. A Operação Lamaçal, deflagrada na última terça-feira, apura crimes contra a administração pública e lavagem de capitais oriun-

dos de desvio de recursos públicos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) repassados à administração de Lajeado durante as enchentes ocorridas em maio de 2024. Caumo, que ocupa o cargo de secretário estadual desde abril deste ano, disse nas redes sociais que pediu o desligamento para se dedicar a fazer os esclarecimentos sobre as denúncias. “Mesmo sem ter ciência ainda

dos dados do processo, a gente vai fazer as defesas, mas fica com aquele sentimento de injustiça muito latente no coração”, disse o ex-prefeito, que esteve à frente da administração de Lajeado entre 2017 e 2023. Segundo a PF, foram verificadas irregularidades em procedimento licitatório realizado pela prefeitura de Lajeado para contratação de empresa para a prestação de serviços terceirizados de

psicólogo, assistente social, educador social, auxiliar administrativo e motorista. A dispensa da licitação foi realizada com a justificativa do estado de calamidade pública declarado pelo município em 2024. “Há indícios de que a contratação direta da empresa investigada tenha ocorrido sem observância da proposta mais vantajosa e os valores contratados estariam acima do valor de mercado”, diz a PF.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

